

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.490 - SP (2019/0296755-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : IFER INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**RECORRENTE** : IFER DA AMAZÔNIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE GERETO DE MELLO FARO - SP299365  
NATHALIA ALMEIDA REIS DOS SANTOS - SP412771  
ANTONIO GERALDO PIMENTEL FILHO - SP398077  
**RECORRIDO** : ANDERSON ROGERIO DE LELIS  
**ADVOGADO** : ORLANDO ALBERTINO TAMPELLI - SP051972  
**INTERES.** : LAURIA SOCIEDADE DE ADVOGADOS  
**ADVOGADO** : DANIEL MAZZIERO VITTI - SP206656

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TJSP, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 313):

Impugnação de crédito trabalhista em recuperação judicial. Decisão de parcial procedência. Agravo de instrumento das recuperandas. Condenação ao pagamento de danos morais pronunciada pela Justiça laboral, decorrente de relação de trabalho existente entre as partes. O crédito, assim sendo, foi corretamente classificado como de natureza trabalhista. Precedentes das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Manutenção da decisão agravada. Agravo de instrumento desprovido.

No recurso especial (e-STJ fls. 326/333), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, as recorrentes alegam violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) arts. 186,187 e 927 do CC/2002, pois a indenização que originou o crédito possuiria natureza civil, não podendo "ser incluída na Classe I – Credores Trabalhistas do processo de recuperação judicial" (e-STJ fl. 331),

(b) art. 47 da Lei n. 11.101/2005, porque o recorrido será indevidamente privilegiado ao ser "pago de forma diferente dos demais que efetivamente comprovaram o seu enquadramento na Classe I" (e-STJ fl. 331).

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 355).

É o relatório.

Decido.

Sobre a inclusão dos créditos trabalhistas, decorrentes de verbas indenizatórias, como especiais, o Tribunal de origem decidiu de acordo com a jurisprudência do STJ. Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. MULTAS. INCLUSÃO. POSSIBILIDADE. LAUDO PERICIAL. NECESSIDADE. REEXAME FÁTICO. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

2. As verbas indenizatórias, como por exemplo, multas, possuem natureza salarial e

# *Superior Tribunal de Justiça*

devem ser classificadas, no processo de falência, como crédito prioritário trabalhista. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 190.880/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 2/9/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FALÊNCIA. DECRETO-LEI 7.661/45. HABILITAÇÃO. CRÉDITO TRABALHISTA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. PRIORIDADE. ART. 449, § 1º, DA CLT. NÃO PROVIMENTO.

1. "As verbas indenizatórias, como por exemplo, multas e horas extras, possuem natureza salarial e, portanto, devem ser classificadas, no processo de falência, como crédito prioritário trabalhista, sob pena de violação do art. 449, § 1º, da Consolidação das Leis Trabalhistas." (REsp 1051590/GO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/09/2009, DJe 10/12/2009) 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp n. 1.147.873/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/9/2012, DJe 28/9/2012.)

Estando o acórdão recorrido em consonância com o posicionamento firmado em precedentes desta Corte, impõe-se a aplicação da Súmula n. 83/STJ.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator